

Mais um saco sem fundo

20 JUL 1995

MARCO ANTONIO ROCHA



JORNAL DA TARDE

PODEMOS APOSTAR COM O DR. JATENE
QUE OS RECURSOS QUE ELE OBTIVER
COM O IPMF RECRIADO NÃO RESOLVERÃO
OS PROBLEMAS QUE ENFRENTA

Eu sempre entendi que o mérito de um grande administrador, de qualquer atividade pública ou privada, é fazer o melhor possível com os recursos disponíveis. Em toda iniciativa humana sempre haverá uma diferença entre aquilo que seria ideal fazer e aquilo que é possível fazer, e são muito admiradas e louvadas as pessoas que conseguem fazer o máximo com o mínimo.

Acho que foi isso que todo mundo pensou e esperava quando o governo escolheu para ministro da Saúde o dr. Adib Jatene. Pois todo mundo sabe que a Saúde recebe recursos insuficientes (aliás, no mundo inteiro), e no Brasil ainda sofre a agravante de ser pessimamente administrada. Não há nenhuma novidade nisso. Justamente por isso aplaudiu-se a escolha de Jatene — cuja probidade, competência e capacidade de liderança permitiriam gestão muito mais qualificada e eficiente dos recursos reconhecidamente escassos da Saúde.

Ao tomar posse, e antes mesmo de apresentar qualquer proposta ou projeto capaz de dar um alento a essa área da administração pública, o dr. Jatene constata o chamado óbvio ululante, ou seja, que o dinheiro é curto. E parte em seguida para propor o óbvio mais ululante ainda, ou seja, aquilo que qualquer amantasse do seu ministério também poderia propor, sem necessitar do currículo nacional e internacional do dr. Jatene: mais dinheiro para o ministério.

Não satisfeito em passar esse recibo de completa falta de imaginação e criatividade, nosso ministro vai em frente e decide que a fonte de novos recursos para a gestão que pretende realizar — a respeito da qual ninguém tem a menor idéia — deve ser nada mais nada menos do que o con-

denável e condenado IPMF, de triste memória.

Ora, qual o mérito de semelhante proposta? Precisaríamos de um dr. Jatene para formular uma solução que até o mais humilde burocrata do Ministério da Saúde poderia também ter proposto? E por que motivo a Saúde teria direito exclusivo a um imposto especial só para ela, mais do que outras áreas da administração e mais do que outras carências da população? Com mais dinheiro não há dúvida que mais problemas podem ser resolvidos — em qualquer lugar e não só no Ministério da Saúde.

A questão não respondida, no entanto, é se a recriação do IPMF de fato resolverá os problemas do dr. Jatene. E a resposta pode ser imediatamente deduzida a partir daquilo que ocorre no governo como um todo.

O governo já teve o IPMF e tem tido, há vários anos, aumentos de arrecadação — em termos reais — que deixariam verdes de inveja governantes de outros países. Imaginem os governos da Inglaterra, da Suíça, da França, dos EUA colhendo, a cada ano, aumentos de arrecadação da or-

dem de 30% em termos reais. Se os contribuintes desses países não derrubassem seus governantes, estes seriam os mais felizes políticos do Planeta.

Pois examinem as estatísticas fiscais do Brasil dos últimos anos. Regularmente, quase todos os meses, o Tesouro noticia aumentos de arrecadação da ordem de 25% a 30% sobre igual período do exercício anterior. E, no entanto, os governos continuam deficitários. A Saúde, a Educação, a Justiça, a Segurança Pública, o Saneamento, os Transportes, os portos, etc. continuam no mesmo descabro de sempre, em alguns casos, piorando.

Além disso, dadas as notórias e notáveis carências de atendimento médico-hospitalar no Brasil, somadas a um certo caráter hipocondríaco do nosso público, é fácil imaginar que qualquer pequena melhoria de oferta nos serviços de saúde produzida por um pouco mais de dinheiro apenas — sem nenhuma reformulação dos sistemas, critérios e mentalidade — resultaria num aumento mais do que proporcional da procura. Aliás, esse é um fenômeno já

JORNAL DA TARDE
comprovado em outros países, e o caso dos EUA é típico: quanto mais recursos os governos investem em atendimento gratuito maior vai se tornando a escassez de recursos para dar continuidade ao sistema.

Podemos, portanto, apostar com o dr. Jatene que os recursos que ele obtiver com o IPMF recriado não resolverão os problemas que ele enfrenta. Mais que isso, esses problemas ficarão maiores dentro de um ano ou dois e o IPMF também será insuficiente. Por que podemos fazer essa aposta sem risco de perder? Porque foi sempre assim que as coisas se passaram nos governos brasileiros. É só lembrar o que acontece com o Finsocial, o PIS-Pasep, o FGTS e tantas outras “contribuições” destinadas a resolver problemas sociais neste país e comparar o estado desses problemas quando tais fundos foram criados com o estado em que se encontram hoje.

A questão, portanto, não é simplesmente a de recriar um imposto, e lamento que uma pessoa como o dr. Jatene pense assim. A questão fundamental é de saber como usar esse dinheiro e o dinheiro que já existe para dar o melhor atendimento que for possível. Entre a abordagem do dr. Jatene e a de Getúlio Hanashiro, que não é médico, na Prefeitura de São Paulo, acho que deveria ser feita uma comparação criteriosa, e acredito que esta última seja mais racional, com menos risco de se tornar um mero desperdício.

O AUTOR

Marco
Antonio
Rocha
é
jornalista

